



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8343 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA À EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS SABERES E FAZERES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS MARANHENSES

Maria da Guia Viana - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA À EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS SABERES E FAZERES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS MARANHENSES

RESUMO:

A pesquisa intitulada: "Da educação quilombola à educação escolar quilombola: *as relações étnico-raciais nos saberes e fazeres em comunidades tradicionais maranhenses*" aborda o distanciamento das tradições vivenciadas nas comunidades remanescentes de quilombo, dos currículos aplicados nas escolas pertencentes aos territórios quilombolas. Parte-se do princípio de que esses fazeres e saberes são negligenciados na educação institucionalizada, porém acreditamos que estes, uma vez abordados adequadamente, são profícuos para o fortalecimento dos conhecimentos instituídos pelas diretrizes para os diversos níveis de ensino, bem como, para o fortalecimento da identidade de ser quilombola e ser negro na sociedade brasileira. A investigação encontra-se em fase inicial, constitui-se de caráter interdisciplinar, realizando interlocuções com a História, a filosofia, a Sociologia e a Antropologia, como forma de compreender o fenômeno dos *fazeres e saberes* nessas comunidades. E propõem-se a realizar mudanças no currículo das escolas que dê conta dos saberes e fazeres quilombolas.

PALAVRAS CHAVES: Educação, Quilombo, Currículo

1 INTRODUÇÃO

Um olhar sobre os diferentes e o respeito às diferenças na educação são hoje, uma conquista dos negros brasileiros. Afirmação que decorre da trajetória

histórica de seus antepassados que não tiveram a oportunidade de saber as letras e de outros tantos que passaram pelos bancos escolares. A distância entre a história dos primeiros negros que aportaram no Brasil para sua história pessoal, marca a ausência do valor desse povo porque, durante muito tempo, nas escolas era repassada a História na perspectiva eurocêntrica, na qual o continente africano era mencionado apenas com relação ao período escravista, sem considerar a trajetória e cultura do povo africano. Este fato traduzia-se para os estudantes negros como não valorização ou invisibilização da sua real história. Para contribuir com a desmitificação dessa história e como resultado das lutas do movimento negro por seus direitos, surgiu no âmbito das políticas educacionais para a diversidade étnico-racial a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da educação nº 9.394/96 no artigo 26A, que com a promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 torna obrigatório, no currículo oficial da rede de ensino, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira. O que gerou outras conquistas no âmbito educacional. E nos levou a questionar a abordagem curricular sobre os saberes das comunidades tradicionais nas escolas situadas em territórios de remanescente quilombola.

As comunidades tradicionais são permeadas de manifestações e práticas de matrizes africanas construídas ou originadas nos seus fazeres cotidianos. Tais práticas são vivenciadas em todas as fases de desenvolvimento humano, assim como nos diferentes espaços de convivência familiar e coletiva cujos saberes são geracionais. É marcante esse elo cultural que se faz presente entre as tradições africanas e a educação no território de remanescente quilombola. Os quilombos se caracterizam pela luta e resistências de um espaço de manutenção de tradições que atravessaram o continente atlântico com o povo africano e fincaram historicamente sua forma de convivência coletiva, mantendo o elo de sua ancestralidade que transcende as questões fundiárias e demarcam uma forma de viver com especificidades própria fortalecendo as raízes culturais do povo negro .

Inserida na trajetória das lutas do movimento negro está o reconhecimento das terras de quilombos que desde meado do século passado buscam fazer valer o Decreto nº 3.912/01, que define as diretrizes para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos, requerendo ações coletivas de garantia de direitos.

A construção histórica da identidade étnica e cultural das comunidades remanescentes de quilombos necessitam ser preservadas em sua área territorial tendo o Estado o compromisso de efetivar ações governamentais com políticas públicas que atendam as demanda que buscam por meio do decreto nº 4.887/ 03 a regulamentação do seu espaço territorial. Assim como, fazer valorizar nos espaços escolares suas manifestações culturais.

Nas comunidades quilombolas do Maranhão há tradições e peculiaridades presentes na diversidade dos territórios e há uma educação quilombola presente nas tradições, fazeres e saberes nas relações estabelecidas no âmbito familiar, bem como na comunidade em geral. Porém, o interior do espaço escolar ainda é marcado pelo distanciamento desses fazeres e saberes tradicionais, estando a educação escolar quilombola ainda convencionada ao ensino reprodutivista de uma educação eurocêntrica. Ao questionar essa prática desenvolvida nas escolas situadas em territórios quilombolas, o nosso estudo encontra corroboração em Hernandez (2008, p.33), quando esta ao falar de África afirma que, “o marco de novas tendência no estudo da África, caracteriza-se pela ruptura com o eurocentrismo até então hegemônico que fazendo-se passar por universal,

obscrecia as autênticas diferenças locais próprias do continente africano”.

Os saberes e fazeres da comunidade não constam nos currículos da escola quilombola, embora sejam importantes para uma educação que fortaleça a identidade de *ser quilombola* e para a salvaguarda de sua história.

Partindo deste princípio este estudo se baseia na necessidade de que seja desenvolvida e implementada uma educação escolar marcada pelas heranças presentes na cultura tradicional local, que atenda ao currículo das escolas situadas nos territórios quilombolas e seus alunos, e que consista em uma educação escolar quilombola com todos seus significantes e significados presentes nos saberes e fazeres pedagógicos. Desse modo, estima-se que o currículo ausente e oculto desses espaços se concretizem em um currículo real sustentado pelas tradições, lutas, conquistas, história e saberes quilombolas.

Objetiva-se analisar as heranças culturais africanas presentes nos saberes e fazeres das comunidades tradicionais maranhenses, observando sua ausência no currículo das escolas quilombolas, bem como contribuindo para construção de um currículo que considere os valores culturais da realidade local e, portanto, para a efetivação de uma educação escolar quilombola.

Busca-se ainda, Investigar os fazeres e saberes em comunidade quilombola localizadas no Maranhão, contribuindo para sanar a sua ausência no espaço escolar local; Realizar levantamento do marco legal: a constituição, as leis e decretos, orientações normativas sobre questões quilombolas no Estado do Maranhão; Conhecer por meio dos estudos bibliográficos à realidade quilombola no contexto brasileiro e maranhense; realizar pesquisa etnográfica no contexto das comunidades quilombolas a fim de identificar as práticas configuradas nos *fazeres* e *saberes* das comunidades investigadas utilizando entrevista com os atores sociais que compõem o cenário das comunidades quilombolas maranhenses, registrando por meio de fotografias e vídeos o cenário investigado. Ao final do processo visa-se promover mudanças no currículo que dê conta dos saberes e fazeres quilombolas.

Justifica se o presente estudo em consonância como a maneira como essas comunidades quilombolas se organizam e produzem as condições materiais e imateriais para enfrentar as vicissitudes no contexto, econômico, social e político brasileiro e em decorrências da Lei nº10.639/03, das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnico - Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

2- A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM COMUNIDADES TRADICIONAIS MARANHENSES.

O Brasil apresenta em seu contingente populacional uma significativa parcela que, embora participante do processo de desenvolvimento do país, sofre desigualdades sociais excludentes construídas historicamente e que mantêm milhões de brasileiros violados em seus direitos sociais. Esta situação agrava-se porque os índices de desenvolvimento humano (IDH) para a região Nordeste são os mais desiguais, em especial no estado do Maranhão. Quadro mais grave se

apresenta em relação à parcela de contingente negro da população que anseia por políticas que garantam a equidade de direitos. Sobretudo, nas áreas remanescentes de quilombos, a luta pela terra, pelo reconhecimento, titulação, a conquista pelos direitos garantidos como cidadão, ainda se constituem um dever, apesar dos esforços evidenciados em políticas e alguns programas dos últimos governos. Assunção (2012, p. 495) relata que:

A importação de 12 mil escravos na época da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755-1777) iniciou um tráfico humano intenso, que culminou com a importação de 41 mil “peças”, só entre 1812-20. Como resultado, o Maranhão apresentava, às vésperas da independência, a mais alta porcentagem de população escrava do império (55%), concentrada nas fazendas de algodão e arroz, mais tarde também de açúcar, situadas nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré e na baixada ocidental.

O Estado do Maranhão é o segundo estado brasileiro com maior número de terras de quilombos tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, atrás apenas do Pará. A titulação diz respeito ao reconhecimento e outorga de título coletivo e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída sem nenhum ônus financeiro, e que a partir desse ato fica devidamente registrada no Serviço Registral da Comarca de localização das áreas. Essa conquista deve-se à luta dos quilombolas maranhenses articulados na Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão “ACONERUQ” e no Movimento Quilombola do Maranhão “MOQUIBOM”. A Secretaria de Estado extraordinária de Igualdade Racial(SEIR), aponta dados da Fundação Palmares (2019), que indicam no Maranhão 816 comunidades quilombolas certificadas.

A extinta Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) entendia que:

Para tornar eficazes os direitos, o Estado tem que redefinir o seu papel no que se refere à prestação dos serviços públicos, de forma a ampliar sua intervenção nos domínios das relações intersubjetivas e privadas, buscando traduzir a igualdade formal em igualdade de oportunidades e tratamento (SEPIR, 2004, s/p).

Dessa forma, pensar o espaço escolar numa redefinição de seu papel na prestação de serviço público incide em repensar a maneira como essa população é vista, ou não vista, considerando que suas peculiaridades não se constituem como ponto de partida para elaboração de políticas e programas. Em especial neste estudo importa compreender os *fazeres* e *saberes* construídos no contexto quilombola e conhecer suas peculiaridades na forma de educar e educar-se e conseqüentemente contribuir para que sejam repensadas metodologias com vistas à promoção de uma educação que realmente atenda a essa parcela da

população brasileira.

A grande quantidade de escravizados no Maranhão deixou marcas nítidas das culturas africanas e constituiu comunidades que se autodefinem como quilombos; comunidades negras ou comunidades remanescentes de quilombos, que possuem modos específicos e próprio de lidar com suas práticas corporais manifestadas na sobrevivência, na religiosidade, no brincar, enfim em toda esfera de sua humanidade (Cunha, 2005).

Cabe destacar que, o termo quilombo nessa pesquisa contrariamente ao pensamento majoritário

[...] não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica, também não se refere a grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea..., mas, de uma compreensão de grupos que desenvolvem práticas cotidianas e resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'DWYER, 2007).

Neste sentido, partimos da premissa de que nos contextos a serem investigados vive-se experiências que não ocorrem em um sistema de relações que determina cada acontecimento, mas no qual opera uma subjetividade aberta, cuja síntese não pode ser acabada. Assim, através de gestos, olhares, posturas, distâncias de outros corpos expressam sentimentos e um modo de leitura da realidade. Pelas relações estabelecidas adquirem e produzem saberes que configuram a cultura e dão sentidos à existência.

3 METODOLOGIA

Esta investigação consistirá numa pesquisa qualitativa, de caráter etnográfico pelas fontes utilizadas na coleta de dados. Define-se como pesquisa etnográfica, pela inserção na vivência das comunidades, adotando-se como procedimentos de coleta, a combinação de pesquisa bibliográfica, registros fotográficos, filmagens dos espaços e das atividades desenvolvidas na comunidade, e entrevista aos líderes e membros das comunidades investigadas, e dos profissionais que atuam na escolas situadas em comunidades quilombolas. A *pesquisa bibliográfica* irá fundamentar o trabalho a partir de material referente a questões relacionadas à realidade quilombola no contexto brasileiro, em especial ao estado do Maranhão. No que se diz respeito à *pesquisa documental* dar-se-á o enfoque nos documentos legais como a constituição, as leis e decretos e outros. O *trabalho de campo* irá coletar dados *in locus* relativo às especificidades culturais das comunidades quilombolas, abrangendo territórios de remanescimento quilombola e escolas situadas nos vales dos rios Tocantins, Mearim, Pindaré e na baixada ocidental maranhense. Para o cumprimento dessa etapa da pesquisa será

imprescindível o deslocamento para as comunidades, num processo de imersão, característico do viés epistemológico que sustenta este estudo e subsidiará a proposta de fortalecer o currículo do *fazer* e o *saber* pedagógico da educação escolar quilombola a partir do lugar de fala dos atores sociais investigados.

4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Portanto, as práticas configuradas nos *fazer*es e nos *saber*es das comunidades investigadas nos fornecerão o solo perceptível para consolidarmos a proposição de que na experiência vivida e construída no cenário nas comunidades quilombolas há uma educação que se configura na sua capacidade de atribuir sentidos e construir significados e que precisa ser referenciada nos currículos escolares destinados àqueles pertencentes a essas comunidades.

Com este estudo esperamos por meio das investigações, avançar nas discussões sobre as políticas educacionais e as práticas pedagógicas no contexto das escolas quilombolas, e nas escolas de territórios que atendem alunos oriundos destas comunidades seja na zona rural ou urbana contribuído para a efetivação do currículo para Educação Escolar Quilombola.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO. Matthias Röhrig. Quilombos maranhenses In **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. REIS, João José, GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma,2012.

BRASIL. Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial.**Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**, DF: MEC, 2004.

CUNHA. Ana Stela de A. **Falando em quilombo: a implementação da Lei 10.639 na sala de aula**. São Luis, 2005. Maringá,Eduem, 2013.

HERNANDEZ. Leila Maria Gonçalves Leite.**A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 2ª Ed.rev. São Paulo: Selo negro,2008.p33.

MARANHÃO. Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial.**Levantamento de comunidades quilombolas do Maranhão**,São Luis,2019.

O'DWYER, Eliane.**Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento**. Tomo, nº11, jul./dez.,2007.